

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

 **BANESTES SEGUROS**



Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A. referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, de acordo com as disposições legais e estatutárias.

Conjuntura Econômica

A forte segunda onda da pandemia da Covid-19 elevou o número de mortes e consequentemente o número de sinistros de vida impactando todo o mercado segurador, no primeiro semestre de 2021. A partir do segundo semestre de 2021, com a ampliação da cobertura vacinal no país e no estado do Espírito Santo verificou-se a redução do número de óbitos por Covid-19. Com o aparecimento de novas variantes da Covid-19, a pandemia continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica. O País terá enormes desafios na economia em 2022, principalmente no que tange as fragilidades fiscais e a condução da política monetária. O cenário externo está mais desafiador e a incerteza com a eleição presidencial também diminuem a expectativa de um crescimento mais robusto. Em 2021 o PIB fechou em 4,5% e a taxa Selic em 9,25%. Segundo o relatório Focus publicado pelo BACEN no dia 11 de fevereiro, para 2022 a expectativa do PIB ficou em 0,30% e da Selic ficou em 12,25%. A inflação acumulada no exercício de 2021 foi de 10%.

Resultado do exercício de 2021– Nosso desempenho

Prêmios e Contribuições – Os prêmios ganhos dos produtos emitidos diretamente pela Seguradora, totalizaram R\$ 179,7 milhões, importando um acréscimo de R\$ 22,4 milhões, que equivale a 14,3% de aumento em relação ao auferido no exercício de 2020.

Despesas Administrativas – As despesas administrativas totalizaram R\$ 22,4 milhões no exercício de 2021, representando uma queda de 6,6% em relação ao exercício de 2020. A empresa mantém-se atenta na gestão de seus custos e despesas, com destaque para as despesas com apoio. O índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 12,5% (com uma queda de 3 pontos percentuais em relação ao exercício de 2020).

Resultado Financeiro – O resultado financeiro totalizou R\$ 8,6 milhões no exercício de 2021, representando um aumento de 78,3% em relação ao exercício de 2020, ou, R\$ 3,7 milhões em valores absolutos, em função do aumento da taxa SELIC e da inflação ao longo de 2021.

O total de aplicações da Seguradora, constituídas por títulos privados, públicos e fundos de investimentos atingiu o montante de R\$ 151 milhões, representando um decréscimo de 13,6% em relação a dezembro de 2020. As provisões técnicas somam R\$ 86,7 milhões (R\$ 101 milhões em dez/2020), que deduzidos dos ativos redutores e das provisões de VGBL apresentam total a ser coberto no valor de R\$ 55,6 milhões (R\$ 51,5 milhões em dezembro de 2020).

Os ativos financeiros dados em cobertura dos ramos próprios demonstram um excedente de garantia na ordem de R\$ 31,3 milhões (R\$ 19,3 milhões em dezembro de 2020), demonstrando nossa liquidez perante o mercado e o órgão supervisor.

Os recursos financeiros são administrados adotando-se as melhores práticas de gestão, garantindo a capacidade financeira em honrar todos os seus compromissos em conformidade com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, classificando-os em “disponíveis para venda”, “valor justo por meio do resultado” e “mantidos até o vencimento”.

Sinistralidade – Este índice representa a relação de sinistros retidos sobre os prêmios ganhos. No exercício de 2021 o índice ficou em 59,3%, contra 44,1% em 2020, apontando um aumento de 15,2 pontos percentuais.

Índice Combinado – O índice combinado no exercício de 2021, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos prêmios ganhos e receitas com produtos em regime de capitalização, foi de 0,9680 (0,8620 no exercício de 2020).

Índice Combinado Ampliado - O índice combinado ampliado no exercício de 2021, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos prêmios ganhos, receitas com produtos em regime de capitalização e resultado financeiro, foi de 0,9236 (0,8363 no exercício de 2020).

Lucro Líquido - No exercício de 2021, após os impostos, contribuições e participações dos empregados no resultado, o lucro líquido foi de R\$ 7,4 milhões, com uma diminuição de 51% quando comparado ao lucro do mesmo período de 2020, impacto causado pelo alto índice de mortes por Covid-19 ocorridas em 2021. A Seguradora indenizou os beneficiários de 375 segurados no valor total de R\$ 24,9 milhões.

Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido apurado foi de R\$ 109,2 milhões (R\$ 110 milhões em dezembro de 2020), representando um decréscimo de 0,8%, justificado por ato do acionista integral, que determinou em AGE de março de 2021, o pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício de 2020 em mais R\$ 5 milhões. Assim, a Seguradora apresentou rentabilidade nominal efetiva sobre o PL de 6,8%, apurado pela relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e o patrimônio líquido médio, registrado em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Capital Mínimo Requerido - Ficou em R\$ 31 milhões, apresentando uma suficiência de R\$ 77,8 milhões em relação ao PL ajustado de R\$ 108,9 milhões, que representa 250,46% acima do mínimo exigido pelo órgão supervisor.

Distribuição de Resultados - Seguindo a política aprovada pelo acionista único, durante o exercício de 2021, a Seguradora adotou o critério de distribuição de dividendos mínimos obrigatório sobre o Lucro Líquido, conforme faculta a Lei 11.638/2007, no valor de R\$ 1,9 milhões.

Fatos de Mercado - A BANESTES Seguros está entre as 50 maiores seguradoras do Brasil, conforme destaque na edição 2021 do ranking anual Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico; e de acordo com o anuário Finanças Mais - edição 2021, publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo", é a 15ª seguradora do Brasil entre as empresas de seguros no segmento vida e previdência. A Seguradora é 14 vezes vencedora do Recall de Marcas promovido pelo jornal "A Gazeta", um grande veículo de comunicação do estado do Espírito Santo, e líder no mercado capixaba de seguros, com destacada atuação nos segmentos de pessoas, automóvel e patrimonial. Seus produtos são comercializados na rede de agências do BANESTES e em parceria com mais de 300 corretoras de seguros do estado. A Seguradora tem como meta oferecer o melhor atendimento e um amplo portfólio de produtos, sempre atenta às necessidades de seus segurados, promovendo uma proteção ainda mais completa e eficiente. Buscando a melhoria contínua dos produtos e processos a Seguradora investiu na inovação e na gestão de projetos sustentados por iniciativas de infraestrutura e governança em TI. Reconheceu talentos, investiu no desenvolvimento de sua liderança interna, incentivou mudanças em sua cultura organizacional, melhorou a comunicação entre as equipes e manteve seus colaboradores engajados no cumprimento das metas. Também atuou estrategicamente na gestão dos contratos com prestadores de serviços e na diminuição das despesas administrativas.

Diante do cenário desafiador da pandemia de COVID-19, a Seguradora inovou na criação de produtos e cresceu em produtividade, aumentando seu prêmio ganho em 14,1%. Crescimento este ocorrido em todas as carteiras, com destaque nas carteiras de vida e patrimonial com incremento de 21,5% e 29,4% respectivamente, comparados com o mesmo período de 2020. A Seguradora seguiu com seu plano de contingência, dando continuidade às suas operações, atendendo a todos seus clientes externos e internos, mantendo suas provisões técnicas aderentes ao ambiente pós-pandemia.

Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado do Espírito Santo e ao Banestes S.A. pela confiança depositada, bem como às instituições com as quais a Banestes Seguros S.A. mantém relacionamento, que contribuíram para o alcance dos objetivos da Seguradora, em especial aos segurados, corretoras de seguros, prestadores de serviços, rede de agências do Banestes, colaboradores e representantes da SUSEP.

Vitória-ES, 21 de fevereiro de 2022.

A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		140.193	105.828
Disponível		1.573	734
Caixa e bancos	5	1.573	734
Aplicações	6	75.304	58.263
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	36.985	23.729
Prêmios a receber	7.1	27.773	23.225
Operações com resseguradoras	7.4	9.212	504
Outros créditos operacionais		5.603	4.348
Ativos de Resseguro e Retrocessão	8	691	1.349
Títulos e créditos a receber		3.383	3.162
Títulos e créditos a receber		2.065	1.843
Créditos tributários e previdenciários	9	-	57
Outros créditos		1.318	1.262
Outros valores e bens		4.658	4.176
Bens a venda - Salvados	10	4.658	4.176
Despesas antecipadas		221	250
Custos de aquisição diferidos	11	11.775	9.817
Seguros		11.775	9.817
ATIVO NÃO CIRCULANTE		89.798	129.731
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		85.492	125.693
Aplicações	6	75.643	116.464
Títulos e créditos a receber		9.849	9.229
Créditos tributários e previdenciários	9	1.308	539
Depósitos judiciais e fiscais	12	8.541	8.690
Investimentos	13	643	689
Participações societárias		258	275
Imóveis destinados à renda		382	411
Outros investimentos		3	3
Imobilizado	14	1.459	1.631
Imóveis de uso próprio		77	121
Bens móveis		380	388
Outras imobilizações		1.002	1.122
Intangível		2.204	1.718
Outros intangíveis	15	2.204	1.718
TOTAL DO ATIVO		229.991	235.559

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		117.836	122.644
Contas a pagar		18.641	15.274
Obrigações a pagar	16.1	13.211	11.106
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	2.640	2.087
Encargos trabalhistas	20.1	1.258	1.255
Impostos e contribuições	20.2	1.418	721
Outras contas a pagar		114	105
Débitos de operações com seguros e resseguros		10.517	4.637
Prêmios a restituir		417	410
Operações com resseguradora	17	8.591	2.705
Corretores de seguros e resseguros		1.456	1.433
Outros débitos operacionais		53	89
Depósitos de terceiros	18	1.950	1.667
Provisões técnicas – seguros	19.1	86.728	101.066
Danos		59.590	51.388
Pessoas		20.277	17.344
Vida com cobertura de sobrevivência		6.861	32.334
NÃO CIRCULANTE		2.938	2.897
Contas a pagar		1.935	1.708
Tributos diferidos	9	1.742	1.706
Outras contas a pagar		193	2
Outros débitos		1.003	1.189
Provisões judiciais	21.a	1.003	1.189
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	109.217	110.018
Capital social		86.326	86.326
Reservas de reavaliação		12	13
Reservas de lucros		24.218	23.747
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.339)	(68)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		229.991	235.559

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos	23.1	187.475	159.893
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	23.2	(8.112)	(2.654)
(=) Prêmios ganhos	23.3	179.363	157.239
(-) Sinistros ocorridos	23.4	(106.346)	(69.316)
(-) Custos de aquisição	23.5	(35.529)	(30.676)
(+) Rendas de contribuições e prêmios	23.6	2.443	3.667
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	23.2.2	(2.102)	(3.667)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	23.7	341	-
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		199	329
(-) Outras receitas e despesas operacionais	23.8	(6.480)	(5.594)
(=) Resultado com resseguro	23.9	1.600	(852)
(+) Receitas com resseguro		8.284	1.436
(-) Despesas com resseguro		(6.684)	(2.288)
(-) Despesas administrativas	23.10	(22.414)	(23.993)
(-) Despesas com tributos	23.11	(4.969)	(5.394)
(+) Resultado financeiro	23.12	8.649	4.850
(+) Resultado patrimonial	23.13	407	385
(=) Resultado operacional		14.821	26.978
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	23.14	501	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		15.322	26.978
(-) Imposto de renda	25	(3.188)	(6.121)
(-) Contribuição social	25	(2.644)	(3.760)
(-) Participação sobre o resultado		(2.076)	(1.969)
(=) Lucro líquido do exercício		7.414	15.128
(/) Quantidade de ações		14.791.405.093	14.791.405.093
(=) Lucro líquido por ação	3.21	0,00050	0,00102

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		7.414	15.128
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e Valores Mobiliários disponíveis para venda		(2.119)	(132)
Passivo atuarial de benefício a empregados	27	-	292
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes		848	(64)
Resultados abrangentes		(1.271)	96
Total dos resultados abrangentes		6.143	15.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	86.326	15	21.250	(164)	-	107.427
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	(2)	-	-	2	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	(79)	-	(79)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (ne 27)	-	-	-	175	-	175
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.128	15.128
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	757	-	(757)	-
Reserva Estatutária	-	-	10.780	-	(10.780)	-
Dividendos	-	-	(9.040)	-	(3.593)	(12.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	86.326	13	23.747	(68)	-	110.018
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	(1)	-	-	1	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	(1.271)	-	(1271)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (ne 27)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.414	7.414
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	371	-	(371)	-
Reserva Estatutária	-	-	5.131	-	(5.131)	-
Dividendos	-	-	(5.031)	-	(1.913)	(6.944)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.326	12	24.218	(1.339)	-	109.217

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Em milhares de reais

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.414	15.128
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	813	689
Redução ao valor recuperável	(11)	(26)
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(501)	-
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	23.781	4.224
Créditos nas operações de seguros e resseguros	(14.501)	(6.915)
Ativos de resseguros	659	(1.349)
Créditos fiscais e previdenciários	(712)	94
Depósitos judiciais e fiscais	149	(287)
Despesas antecipadas	29	(9)
Custos de aquisição diferidos	(1.959)	(1.268)
Outros ativos	(730)	(2.603)
Outras contas a pagar	2.267	(1.252)
Impostos e contribuições	697	(940)
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.880	2.924
Depósitos de terceiros	283	438
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(14.338)	(2.221)
Provisões judiciais	(185)	(172)
Outros passivos	(1.271)	(196)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	7.762	13.204
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:	(1.189)	(530)
Investimentos	-	(60)
Imobilizado	(123)	(207)
Intangível	(1.066)	(263)
Recebimento pela venda de ativo permanente:	580	160
Investimento	17	-
Imobilizado	563	99
Intangível	-	61
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(609)	(370)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(6.315)	(13.134)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(6.315)	(13.134)
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	838	(300)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	734	1.034
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.572	734
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	838	(300)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BANESTES SEGUROS S.A. (Seguradora) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Cassiano Antônio Moraes, 60, Enseada do Suá, Vitória - ES. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros de danos e pessoas, com foco nos ramos automóveis, residencial, prestamista, vida, acidentes pessoais e seguro de vida gerador de benefícios livres (VGBL) nas seguintes unidades federativas do ES, MG, BA e RJ.

A Seguradora é controlada pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES S.A.), com participação integral no capital social.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Seguradora foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em consonância com a Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendadas pela SUSEP e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria da Seguradora em 21 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua utilizada na preparação das Demonstrações Financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3. Estimativas contábeis significativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a administração utilize certas estimativas, julgamentos e premissas, em que se baseia na experiência histórica e em outros fatores, incluindo-se expectativas de eventos futuros, para o registro de determinadas transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa são as provisões técnicas, provisões judiciais e créditos tributários.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pela Seguradora.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e investimentos financeiros em moeda nacional e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando assim compreendidos na rubrica "caixa e bancos".

3.2. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

3.2.1. Empréstimos e recebíveis

Compreendem substancialmente os “Prêmios a Receber”, onde o valor de mercado é igual ao valor contábil registrado, conforme determinado pelo órgão regulador, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021.

3.2.2. Valor justo por meio do resultado

Representados por títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

3.2.3. Mantidos até o vencimento

Representados por títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

3.2.4. Disponíveis para venda

Representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - “*Impairment*”

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é feita por meio de reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4. Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos investimentos com cotação pública é registrado com base em preço de negociação. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (i) Títulos públicos têm seus valores apurados com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e (ii) Debêntures e Letra Financeira Subordinada (LFS) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo; as quotas de fundos de investimento abertos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

3.5. Passivos financeiros

O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente débitos de operações de seguros, resseguros e dividendos.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - “Impairment”

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo.

É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.7. Créditos das operações de seguros

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição diferidos são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para risco de crédito é constituída para as apólices e/ou endossos que estejam vencidos há mais de 60 dias.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.8. Outros valores e bens - Salvados

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. Os bens são mensalmente levados a leilão público.

3.9. Investimentos

Os investimentos estão reconhecidos pelo valor de custo por conta da participação da Seguradora não atingir os níveis mínimos para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Referem-se às participações societárias na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. e obras de arte.

3.10. Imóveis destinados à renda

Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação imobiliária. O imóvel destinado à renda foi registrado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada em 25 anos, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de imóveis destinados à renda são registrados na demonstração do resultado como Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes.

3.11. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos para a Seguradora e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Imóveis de uso	25 anos
Sistemas de comunicação	10 anos
Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados	5 anos
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos

3.12. Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física, decorrentes da aquisição de softwares, capazes de gerar benefícios econômicos para a Seguradora. Esses softwares são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares mantidos pela Seguradora é de cinco anos.

3.13. Provisões técnicas - Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/2021 e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/2021, bem como as suas atualizações. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, descritas a seguir:

3.13.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG

Constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas dos prazos a decorrer referentes aos riscos emitidos na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição. Os custos de aquisição diferidos (CAD) são representados tão somente pelas despesas vinculadas, de forma direta, aos prêmios não ganhos com as mesmas premissas e prazos de cálculo da PPNG.

3.13.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos – Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG/RVNE) representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi emitida.

3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações Financeiras.

A provisão de sinistros a liquidar em discussão judicial (PSLJ) inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, acrescida de juros e atualização monetária, e tem por base as notificações de ajuizamento recebidas até a data do balanço. Sua constituição é feita por área própria da Seguradora e leva em consideração a média histórica dos processos cíveis relacionados a sinistros.

3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)

A provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) é constituída, por meio de estimativa atuarial, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, na data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.

3.13.5. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

Esta provisão, constituída para os seguros de danos e pessoas, visa à cobertura de sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas,

de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em nota técnica atuarial (NTA).

3.13.6. Teste de Adequação de Passivos (TAP)

Para atender aos padrões requeridos pelo CPC 11 e as normas estabelecidas pela citada Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as seguradoras estão obrigadas a avaliar a devida adequação de seus passivos em reservas técnicas para as obrigações decorrentes dos contratos de planos de seguro em curso na data-base de cada apresentação das Demonstrações Financeiras anuais e intermediárias.

A referida avaliação é feita utilizando estimativas correntes de fluxos de caixas futuros para as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. Existindo diferença positiva entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas, inclusive dedução dos custos de aquisição diferidas e ativos intangíveis, caberá à Seguradora reconhecer a **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**.

A Seguradora, considerando as premissas definidas por normativos e as similaridades dos riscos expostos em seus contratos, promoveu sua avaliação levando em conta as seguintes segregações:

- (1) Quanto à estruturação financeira: Riscos estruturados no regime de repartição simples e riscos estruturados no regime de capitalização. A Seguradora não opera no regime de repartição de capitais;
- (2) Quanto às carteiras dos produtos: Riscos para produtos de danos; riscos para produtos de pessoas sem cobertura para sobrevivência; riscos para produtos de pessoas com cobertura para sobrevivência (VGBl); e riscos em produtos de ramos não mais comercializados (*run-off*);
- (3) Quanto aos lançamentos contábeis das provisões: Avaliação para sinistros já ocorridos e previstos através das provisões de PSL, IBNR e IBNER; avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios já registrados e amparados através das provisões de PPNG-RVE e RVNE para os riscos sem cobertura por sobrevivência e PMBaC para os riscos com cobertura por sobrevivência; e avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios ainda não registrados e que são amparados através de prêmios a receber em apólices plurianuais de coberturas mensais em contratos sem cobertura de sobrevivência e contribuições a receber em apólices individuais para contratos com cobertura de sobrevivência (VGBl).

Em todas as avaliações a Seguradora considera apropriação de valores decorrentes de despesas diretas dos sinistros (*Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE*); despesas indiretas dos sinistros (*Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE*); bem como prováveis recuperações com salvados e ressarcimentos nos ramos em que isto se faz possível.

As bases das avaliações dos fluxos de caixa levam em conta valores nominais, trazidos a valor presente pelas taxas a termo de ETTJ, fornecida pela SUSEP e ANBIMA, sendo o cupom de IGP-M.

Em virtude do direcionamento do esforço de vendas do seguro de pessoas estar voltado exclusivamente ao mercado capixaba, os produtos comercializados apresentam o carregamento e à despesa de comercialização variáveis, visando manter o equilíbrio atuarial da carteira. A tábua utilizada é a AT-83 Male, com taxa de juros de 6% a.a.

Na base dos contratos para garantia de riscos sem cobertura por sobrevivência e para sinistros a ocorrer, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos a partir de índices de sinistralidade média dos últimos 12 meses anualizados para os produtos de danos e pessoas. Na base de contratos para garantia de riscos com cobertura de sobrevivência, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos utilizando-se por contrato individual a aplicação de critérios de recebimento de prêmios e pagamentos de benefícios seguindo o padrão de expectativa de sobrevivência estabelecida por meio da tábua SUSEP BR-EMS 2021.

O estudo deste teste não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo de DPEM.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2021, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da PCC.

3.13.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR deve abranger as despesas relativas a sinistros ocorridos e a ocorrer, enquanto que para os planos

estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR deve abranger as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos.

3.13.8. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A provisão matemática de benefícios a conceder está vinculada a seguros de vida com cobertura por sobrevivência, na modalidade Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), garantindo a cobertura de participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Tal provisão representa o montante de contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, e acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela correspondente aplicação em fundo de investimento especialmente constituído (FIE).

3.14. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às Demonstrações Financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego.

Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

Benefício pós-emprego - Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pela Seguradora de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na nota 27.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou *PUC - Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (*PBO – Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

A Deliberação CVM nº 695/12, estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido - outros ajustes de avaliação patrimonial.

3.15. Tributos sobre o lucro e faturamento

Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador *	15% / 20%
COFINS	4%
PIS	0,65%

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13) que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Essa Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A referida Lei nº 12.973 não acarreta efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Financeiras da Seguradora.

Contribuições sociais federais que, para as seguradoras, incidem sobre a receita bruta, com os ajustes previstos na Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%.

(*) A Lei 14.183/2021 trouxe alterações nas alíquotas da CSLL a partir de julho de 2021 alterando para 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados.

3.16. Outros tributos

Outros tributos incidem sobre a receita operacional e são reconhecidos no resultado como “Despesas com Tributos”, dentre os quais destaca-se a taxa de fiscalização da SUSEP, taxa federal recolhida pelo mercado segurador, conforme Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, e alterações posteriores.

3.17. Provisões judiciais ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável ou possível. Para as provisões judiciais envolvendo sinistros, a Seguradora provisiona ações com perdas remotas, possíveis ou prováveis, a partir de estudo próprio envolvendo premissas mais conservadoras, a partir de sua base de dados histórica.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda for remota não são provisionados ou divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

3.18. Apuração do resultado

As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados o qual busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigências relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As participações nos lucros aos empregados são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

3.19. Classificação dos contratos de seguro, resseguro e de investimento

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento das despesas de comercialização.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização, cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos – RVNE), são reconhecidas com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica da Seguradora.

A Seguradora iniciou na data base de agosto de 2020 a operação junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, para os seguros do grupo de pessoas. As modalidades são proporcional de cota parte de 5% e não proporcional de excesso de danos, com prioridade de R\$150.000,00. As operações de resseguros são contabilizadas com base no contrato firmado com a resseguradora. As despesas e receitas oriundas desse contrato são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pela resseguradora. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.20. Patrimônio líquido

O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, facultada a sua representação em títulos múltiplos. O BANESTES S.A. deterá sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade e atualmente detém 100% (cem por cento), conforme nota 1.

3.21. Lucro líquido por ação básico

O lucro por ação básico da Seguradora é calculado pela divisão do lucro atribuível ao acionista pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas e classificadas como ações em tesouraria nas Demonstrações Financeiras

O cálculo do lucro por ação básico apurado no exercício está assim apresentado:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	7.414	15.128
Média ponderada do número de ações em circulação no período	14.791.405.093	14.791.405.093
Lucro por ação básico (em unidades de R\$)	0,00050	0,000102
Lucro por ação básico (por lote de mil ações)	0,50124	1,02276

4. Gestão de Riscos

Segundo referência do *Committee of sponsoring organizations of the treadway commission - COSO*, gestão de riscos é um processo efetuado pelo conselho de administração, pela diretoria e pelos demais gestores e colaboradores de uma empresa, aplicável ao estabelecimento de objetivos estratégicos e desenhados para:

- Identificar potenciais eventos que possam afetar a organização;
- Administrar seus riscos dentro dos limites aceitáveis; e
- Proporcionar segurança razoável para que os objetivos e metas sejam atingidos.

Ou seja, a gestão de riscos é um processo interno e contínuo, relacionado com a gestão estratégica, aplicável a todos os negócios, atividades e unidades da organização e executada por todos independentemente de posição, cargo ou função.

4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O processo na Seguradora é patrocinado pela Diretoria e gerenciado por uma área independente responsável por gestão de riscos e controle interno, alinhando-os. Essa área atua em conjunto com as gerências e coordenadorias na disseminação da cultura de gestão de riscos, na criação de normativos internos, manuais de procedimentos, atividades e mecanismos de controles.

Nesse sentido, a estrutura de gestão de riscos fornece os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos envolvendo toda a Seguradora.

4.2. Apetite por risco

O apetite por risco é o nível máximo de risco que a Seguradora está disposta a assumir no intuito de atingir seus objetivos estratégicos e respeitando sua capacidade por riscos.

Quando uma exposição estiver acima do apetite por risco definido, medidas corretivas são adotadas.

4.3. Metodologia

A Seguradora adota medidas qualitativas e quantitativas para mensuração de seus riscos.

Na metodologia qualitativa, adotou o *Control Self Assessment – CSA*, que considera o impacto e a probabilidade dos riscos nos processos e atividades da Seguradora, associados aos controles implantados. Essa metodologia destaca o conhecimento de cada gestor no processo de identificação de riscos e controles, definindo parâmetros que são disseminados a todos os colaboradores. Já na metodologia quantitativa a empresa implantou indicadores balizados por um apetite por risco.

4.4. Categorias de riscos

O dicionário de risco da Seguradora está dividido em 7 categorias:

4.4.1. Crédito

Conforme definição da SUSEP, o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Seguradora emite normas internas em conformidade com as regulamentações da SUSEP e CNSP. Essa medida visa garantir o cumprimento de suas políticas de investimentos com segurança e rentabilidade quanto aos ativos financeiros aplicados. Para o gerenciamento destes riscos, a Seguradora possui políticas e processos de monitoramento mensais que visam garantir que os limites não sejam excedidos.

A nota 6.3. demonstra dentre outras informações, os percentuais de distribuição dos ativos financeiros que contempla a concentração do portfólio de investimentos da Seguradora por tipo de contraparte.

Já o risco de crédito originado de prêmios de seguros a receber é considerado substancialmente baixo, conforme demonstrado na nota 7.3. Segundo legislação brasileira, as coberturas contratuais podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam realizados dentro do prazo máximo de cobertura.

4.4.2. Subscrição

Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Seguradora, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A Seguradora moldou suas operações às melhores práticas de subscrição de mercado e à legislação vigente. Como forma de gerir o lançamento de seus produtos, criou comitê que zela pelos padrões técnicos e comerciais visando garantir os resultados positivos.

Como forma de certificar as reservas, a Seguradora adotou um teste de passivos. Esse teste avalia a cada seis meses a suficiência das reservas frente à expectativa de valores necessários no futuro.

4.4.3. Mercado

É o risco representado pela possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto. Nossas ferramentas de gestão são:

- Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - visa avaliar a consonância dos resultados apurados com a política de investimento financeiro da Seguradora.
- Macroalocação de ativos - corresponde à alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação (segmentos de renda fixa e renda variável).
- Microalocação de ativos - corresponde às alocações dentro das classes de ativos, combinando elementos das subclasses.

Além dessas ferramentas, a Seguradora possui um comitê responsável por aprovar a macroalocação de ativos, subsidiar o planejamento e a execução dos investimentos; e deliberar sobre os limites operacionais e intervalos de risco que podem ser assumidos no âmbito da gestão dos ativos financeiros.

Abaixo uma tabela com as exposições de investimentos da Seguradora, segregadas por fator de risco:

	31/12/2021	31/12/2020
Risco Soberano - Brasil	82,3%	61,1%
Fundos Exclusivos (VGBL)	4,6%	18,5%
Fundos RF (Próprio)	9,9%	14,8%
Instituições Não Financeiras	3,3%	5,4%
	100%	100%

O quadro de fator de risco, contempla o total da sua exposição. Alguns ativos possuem mais de um fator de risco e o valor contido nele pode aparecer em mais de um fator, por essa razão o valor total desse quadro pode ser maior do que o total de suas operações, conforme nota 6.3.

4.4.3.1. Mensuração do risco de mercado

A Seguradora utiliza como medida de risco de suas carteiras de investimento a metodologia de VaR, modelo não paramétrico para horizonte de 1 dia útil, com nível de confiança de 95%. A sensibilidade do risco no resultado é de 0,21% para a carteira agressiva e 0,01% para a carteira conservadora.

4.4.3.2. Risco de liquidez

Possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas ou decorrente da venda forçada de ativos a preços inferiores aos de mercado. A Seguradora trata o risco de liquidez dentro da categoria risco de mercado por uma opção estratégica. A SUSEP não exige liquidez como categoria obrigatória.

4.4.4. Operacional

Conforme definição da SUSEP, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos. Excluem-se dessa definição os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Seguradora.

A Seguradora gerencia o risco operacional acompanhando os diversos cenários de exposição a riscos a que está sujeita, refletindo o comportamento da concorrência, o ambiente de negócios e os compromissos com os resultados que possui com a sociedade, acionistas, empregados e órgãos reguladores.

4.4.5. Legal

A SUSEP define risco legal como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

A Seguradora possui um comitê que tem como objetivo analisar os normativos emitidos pelos órgãos reguladores e fiscalizadores e recomendar a adoção de medidas e ações relacionadas ao seu cumprimento.

Também são instituídas normas internas bem como manuais de procedimentos visando mitigar o risco de perdas legais. Além disso, mantém-se monitoramento constante das decisões judiciais cujas sentenças transitam em julgado.

4.4.6. Imagem

É o risco representado pela possibilidade de perdas decorrentes da Seguradora ter sua marca desgastada junto ao mercado e/ou autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

A Seguradora possui os seguintes canais de comunicação com o cliente: Fale Conosco, Ouvidoria, SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor e Canal de Denúncia:

a) Fale Conosco é um canal destinado a esclarecer dúvidas, enviar críticas e sugestões que pode ser acessado através do site www.banestesseguros.com.br.

b) A Ouvidoria está disponível para atendimento de reclamações, elogios, críticas e sugestões dos demandantes (clientes e usuários), referentes aos produtos, serviços e atendimento prestado por meio do site institucional, telefone 0800 727 0030 ou e-mail ouvidoriageral@banestes.com.br.

c) SAC corresponde ao serviço de atendimento telefônico a clientes ou não clientes através do telefone 0800 727 0474. Atua no recebimento de sugestões e elogios, bem como no registro de reclamações e prestação de informações. Trata-se de um serviço gratuito para qualquer localidade, disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana.

d) Canal de Denúncia, também disponível no site institucional, recebe denúncias de atos ilícitos, fraudes ou práticas contrárias ao Guia de Conduta Ética que envolvam as empresas do SFB.

Para esses canais foram definidos indicadores que medem a insatisfação dos clientes com a Seguradora e seus produtos.

4.4.7. Estratégico

Possibilidade de perdas decorrentes da definição incorreta da estratégia da Seguradora ou da incapacidade de implementá-la em virtude de eventos externos. Nessa categoria classificamos tanto os riscos estratégicos quanto os riscos de conjuntura.

4.5. Concentração de riscos de seguro

A Seguradora entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro) ou data e valor da indenização.

O principal risco assumido pela Seguradora é o risco da frequência e severidade dos sinistros e benefícios a serem pagos aos nossos segurados sejam maiores do que estimados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com cosseguro.

4.6. Distribuição geográfica dos riscos

A Seguradora opera nos estados ES, BA, RJ e MG. O maior volume de operações está concentrado no ES.

4.7. Moeda

Moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua é o Real (R\$). A Seguradora não possui emissão de prêmio ou concentração de receita em outras moedas.

4.8. Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora

A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Seguradora quanto aos fatores de riscos de seguro que impactam os contratos e são integradas à política. Consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir, líquido dos efeitos tributários:

(a) Redução de 10% dos prêmios ganhos

31/12/2021	Prêmios Ganhos	Efeito no Resultado (-)10%	Efeito no PL (%)
Auto	57.200	(3.432)	(3,1)
Pessoas	116.165	(6.970)	(6,4)
Patrimonial	5.998	(360)	(0,3)
Total	179.363	(10.762)	(9,9)

(b) Aumento de 10% da sinistralidade

31/12/2021	Sinistros Ocorridos	Efeito no Resultado (+)10%	Efeito no PL (%)
Auto	(38.446)	(2.307)	(2,1)
Pessoas	(67.712)	(4.063)	(3,7)
Patrimonial	(188)	(11)	-
Total	(106.346)	(6.381)	(5,8)

Tendo em vista o produto VGBL estar em *run-off*, bem como a estrutura do produto, a Seguradora não possui índices de conversibilidade, visto que os benefícios são resgatados de forma única. A variável de sobrevivência acaba não gerando estresse na carteira uma vez que o benefício é resgatado de forma única. A forma atual dos produtos comercializados estão estruturados no modelo de repartição simples, sendo a vigência anual observada na maioria dos contratos. Por esse motivo a variável inflação não foi considerada no teste de sensibilidade.

4.9. Gestão de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia *ALM (Asset Liability Management)*. Tal metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos, demonstrando os prazos e a suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão alinhadas com as características da carteira de investimentos da Seguradora.

A Seguradora elabora estudo anualmente para sua carteira de ativos face ao passivo atuarial cujo objetivo é a obtenção de uma carteira ótima de ativos que forneça o cumprimento dos objetivos atuariais, liquidez adequada à carteira e a geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

4.10. Gestão de risco de capital

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco *versus* retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido da Seguradora, sendo o capital total necessário para as operações da Seguradora, sendo equivalente à soma do capital base com o capital adicional.

4.10.1. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido (incluindo níveis de PLA e qualidade de cobertura do CMR)

	31/12/2021	31/12/2020
PLA – Nível 1		
Patrimônio líquido	109.217	110.018
(-) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(258)	(275)
(-) Despesas antecipadas	(221)	(250)
(-) Crédito tributário de diferenças temporárias limitados a 15% CMR	(1.308)	(596)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) limitados a 14% ativo total ajustado	(460)	(533)
(-) Obras de arte	(3)	(3)
(-) Ativos intangíveis	(2.204)	(1.718)
Total PLA - Nível 1	104.763	106.643
PLA - Nível 2		
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	2.361	2.748
Total PLA - Nível 2	2.361	2.748
PLA - Nível 3		
(+) Créditos tributários de diferenças temporárias limitados a 15% CMR	1.308	596
(+) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) limitados a 14% ativo total ajustado	460	533
Total PLA - Nível 3	1.768	1.129
TOTAL PLA 1+2+3-AJUSTE DE EXCESSO DE PLA DE NÍVEL 2 E DE NÍVEL 3	108.892	110.520
Capital base (I)	8.100	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	27.454	25.252
Capital adicional de risco de crédito	1.238	1.722
Capital adicional de risco operacional	744	673
Capital adicional de risco de mercado	6.315	7.284
Capital risco (II) *	31.071	29.577
Capital mínimo requerido (CMR) – (maior entre (I) e (II))	31.071	29.577
Suficiência de capital (PLA – CMR)	77.821	80.943
Liquidez sobre o CMR (20%)	6.214	5.743
Excedente de liquidez – nota 19.3	31.320	19.304

(*) O demonstrativo acima encontra-se em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021, sobretudo o cálculo do capital de risco em que utiliza-se Matriz de Correlação definida na referida legislação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	1.572	734
Total	1.572	734

6. Aplicações

6.1. Classificação por níveis

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros precede a utilização da hierarquia do valor justo, composta através do seguinte nível:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações	Nível 1	Nível 1
Disponíveis para venda	95.650	98.089
Letras financeiras do tesouro – LFT	54.291	51.849
Fundos de investimentos	21.419	25.930
NTN – B	14.979	10.621
Debêntures	4.961	9.689
Registrado pelo valor justo por meio do resultado		
Para negociação	6.831	32.334
Fundos de investimentos – VGBL (Fundo Exclusivo)	6.831	32.334
Mantidos até o vencimento	48.466	44.304
NTN – B	48.466	44.304
Total	150.947	174.727

6.2. Sensibilidade das aplicações

31/12/2021	Títulos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos e outros	Total
Aplicações	124.176	4.961	21.810	150.947
Selic - % a.a.	10%	10%	10%	10%
Projeção de rentabilidade nos próximos 12 meses	12.418	496	2.181	15.095
Cenário:				
Queda 25%	9.211	368	1.618	11.197
Queda 50%	6.073	243	1.067	7.383
Elevação 25%	15.695	627	2.757	19.079
Elevação 50%	19.044	761	3.345	23.150

6.3. Classificação por título e vencimento

31/12/2021	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor contábil	Ajustes de TVM	Valor custo atualizado	% Part Valor contábil	Taxa de Juros Referencial
Disponíveis para venda	32.024	27.228	21.419	14.979	95.650	(1.339)	96.989	63,37	
LFT	27.063	27.228	-	-	54.291	(87)	54.378	35,97	100%Selic
NTN – B	-	-	21.419	-	21.419	(1.248)	22.667	14,19	IPCA+4,4% a.a
Fundos de investimentos	-	-	-	14.979	14.979	-	14.979	9,92	100%CDI
Debêntures	4.961	-	-	-	4.961	(4)	4.965	3,29	108%CDI
Registrados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	6.831	6.831	-	6.831	4,53	
Para negociação									
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo)	-	-	-	6.831	6.831	-	6.831	4,53	100%Selic
Mantidos até o vencimento	21.470	-	26.996	-	48.466	-	48.466	32,11	
NTN – B	21.470	-	26.996	-	48.466	-	48.466	32,11	IPCA+4,3% a.a
Total do circulante e não circulante	53.494	27.228	48.415	21.810	150.947	(1.339)	152.286	100	

31/12/2020	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor contábil	Ajustes de TVM	Valor Custo Atualizado	% Part Valor Contábil	Taxa de Juros Referencial
Disponíveis para venda	-	46.288	25.871	25.930	98.089	(68)	98.157	56,14	
LFT	-	36.599	15.250	-	51.849	(166)	52.015	29,67	100%Selic
NTN – B	-	-	10.621	-	10.621	200	10.421	6,08	IPCA+5,15% a.a
Fundos de investimentos	-	-	-	25.930	25.930	-	25.930	14,84	100%CDI
Debêntures	-	9.689	-	-	9.689	(102)	9.791	5,55%	CDI+1,15% a.a
Registrados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	32.334	32.334	-	32.334	18,51	
Para negociação									
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo)	-	-	-	32.334	32.334	-	32.334	18,51	100%Selic
Mantidos até o vencimento	-	19.563	24.741	-	44.304	-	44.304	25,36	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	IPCA+4,5% a.a
NTN – B	-	19.563	24.741	-	44.304	-	44.304	25,36	IPCA+5,15% a.a
Total do circulante e não circulante	-	65.851	50.612	58.264	174.727	(68)	174.795	100	

7. Créditos das operações com seguros e resseguros

7.1. Movimentação de prêmios a receber

31/12/2021

	Auto	Pessoa	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2020	21.059	1.370	796	23.225
Prêmios emitidos	70.031	117.210	6.955	194.196
Provisão para riscos sobre créditos	11	-	1	12
Cancelamentos	(4.221)	(43)	(460)	(4.724)
Baixas	(61.035)	(117.415)	(6.486)	(184.936)
Prêmios pendentes em 31/12/2021	25.845	1.122	806	27.773

31/12/2020

	Auto	Pessoas	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2019	16.686	845	593	18.124
Prêmios emitidos	61.309	102.453	6.070	169.832
Provisão para riscos sobre créditos	(5)	29	2	26
Cancelamentos	(3.278)	(6.523)	(356)	(10.157)
Baixas	(53.653)	(95.434)	(5.513)	(154.600)
Prêmios pendentes em 31/12/2020	21.059	1.370	796	23.225

7.2. Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	01/01 à 31/12/2021	01/01 à 31/12/2020
Saldo inicial	(46)	(72)
Constituições	(11)	(50)
Reversões	23	76
Saldo final	(34)	(46)

7.3. Aging prêmios a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios a vencer	27.395	22.563
De 1 a 30 dias	7.325	8.513
De 31 a 60 dias	5.295	4.104
De 61 a 120 dias	7.349	5.370
De 121 a 180 dias	4.267	2.788
De 181 a 365 dias	3.159	1.788
Prêmios vencidos	412	708
De 1 a 30 dias	321	620
De 31 a 60 dias	34	43
De 61 a 120 dias	29	16
De 121 a 180 dias	1	1
De 181 a 365 dias	1	4
Superior a 365 dias	26	24
(-) Redução ao valor recuperável	(34)	(46)
Total	27.773	23.225

O prazo médio de parcelamento dos grupos de ramo automóvel e patrimonial, observado foi de 6 parcelas, sendo os demais grupos com faturamento mensal.

7.4 Operações com resseguradoras

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Sinistros pagos	9.212	504
Total	9.212	504

8. Ativos de resseguro

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de resseguro diferidos	211	434
Comissões de resseguro diferidas	(34)	(17)
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	7	-
Sinistros Pendentes (PSL)	204	825
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	303	107
Total	691	1.349

9. Créditos e Passivos tributários e previdenciários

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários		
Refletidos no resultado - Diferenças Temporárias	415	494
Créditos tributários ref. PIS/COFINS compensados	-	57
Refletidos no patrimônio líquido	893	45
Total	1.308	596
Tributos diferidos		
Passivos tributários refletidos no resultado	1.698	1.656
Impostos sobre reserva de reavaliação	44	50
Total	1.742	1.706

Os créditos tributários de diferenças temporárias, refletidos no resultado, são decorrentes das provisões judiciais (nota 21.a), provisões para redução ao valor recuperável (nota 7.3) e compensações de PIS/COFINS sob valores recolhidos a maior em períodos anteriores. Enquanto os tributos diferidos são decorrentes das atualizações dos depósitos judiciais fiscais e dos impostos sobre reservas de reavaliação. Com o prejuízo fiscal/saldo negativo de IRPJ e CSLL, as antecipações mensais obrigatórias constituíram-se em direitos de créditos, que reduzirão o IRPJ/CSLL a ser pago em meses subsequentes. No período foram constituídas novas provisões conforme descrito na nota 21. As provisões judiciais cíveis não relacionadas a sinistros que possuem tempo médio de realização inferior a 2 anos. A Administração, com base em estudo de realização do crédito tributário, estima realização das provisões fiscais em até 3 anos. Nos quadros abaixo, apresentam-se a natureza da origem dos créditos e passivos tributários.

9.1. Créditos tributários das movimentações

31/12/2021

Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Provisão para contingências cíveis	591	147	89	236
Provisão para contingências trabalhistas	53	13	8	21
Provisão para contingências fiscais	359	90	54	144
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	34	9	5	14
Total dos créditos tributários no resultado	1.037	259	156	415

31/12/2020

Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Provisão para contingências cíveis	816	204	122	326
Provisão para contingências trabalhistas	19	5	3	8
Provisão para contingências fiscais	354	88	53	141
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	45	11	7	18
Total dos Créditos tributários refletidos no resultado	1.234	309	185	494

Para cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos.

9.2. Passivos tributários das movimentações

31/12/2021

Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	529	132	79	211
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	3.717	929	558	1.487
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	4.246	1.061	637	1.698
Ajuste ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	2.232	558	335	893
Total dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	2.232	558	335	893

31/12/2020

	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	516	129	77	206
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	3.623	906	544	1.450
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	4.139	1.035	621	1.656
Ajuste ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	113	28	17	45
Total dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	113	28	17	45

(1) Adicionalmente, a este montante, a Seguradora possui registrado na rubrica contábil de impostos sobre reservas de reavaliação o montante de R\$44 (R\$50 em 31/12/2020) referente ao imposto de renda e a contribuição social sobre as reservas de reavaliação.

10. Outros valores e bens – salvados à venda

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	4.176	1.874
Adições	11.962	7.135
Baixas	(11.480)	(4.833)
Saldo no final do período	4.658	4.176

11. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são diferidos na mesma proporção dos prêmios ganhos mensalmente. Identificados para cada apólice/item, correspondendo às despesas de comercialização vinculadas aos prêmios emitidos, cancelados e restituídos, e estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Automóvel	8.465	7.261
Pessoas	2.123	1.618
Patrimonial	1.187	938
Total do circulante	11.775	9.817

As movimentações dos custos de aquisição são apresentadas na nota 19.2.2.

12. Depósitos judiciais e fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais (nota 21)	7.935	7.805
Depósitos judiciais relacionados a sinistros	606	885
Total do circulante e não circulante	8.541	8.690

13. Investimentos

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	275	-	(17)	-	258
Imóveis de uso próprio destinados à renda	411	-	-	(29)	382
Outros investimentos	3	-	-	-	3
Total	689	-	(17)	(29)	643

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	215	60	-	-	275
Imóveis de uso próprio destinados à renda	440	-	-	(29)	411
Outros investimentos	3	-	-	-	3
Total	658	60	-	(29)	689

14. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imóveis de uso próprio	121	-	(35)	(9)	77
Equipamentos de informática	104	107	-	(38)	173
Móveis, máquinas e utensílios	268	-	(26)	(36)	206
Veículos	16	16	(29)	(2)	1
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.122	-	(1)	(119)	1.002
Total	1.631	123	(91)	(204)	1.459

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imóveis de uso próprio	131	-	-	(10)	121
Equipamentos de informática	122	106	(63)	(61)	104
Móveis, máquinas e utensílios	271	57	(20)	(40)	268
Veículos	4	15	(3)	-	16
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.162	29	(13)	(56)	1.122
Total	1.690	207	(99)	(167)	1.631

15. Intangível

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Sistemas em desenvolvimento	1.718	1.066	-	(580)	2.204
Sistemas DPVAT	-	-	-	-	-
Total	1.718	1.066	-	(580)	2.204

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Sistemas em desenvolvimento	1.948	263	-	(493)	1.718
Sistemas DPVAT	61	-	(61)	-	-
Total	2.009	263	(61)	(493)	1.718

16. Obrigações a pagar, impostos e encargos sociais a recolher

16.1. Obrigações a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	203	166
Serviços de assistência e outros	7.511	6.713
Dividendos a pagar	1.913	1.284
Provisão de participação nos lucros	2.069	1.969
Outras obrigações a pagar	1.442	920
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	73	54
Total	13.211	11.106

16.2. Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos sobre operações financeiras	1.741	1.286
Impostos retidos	288	266
FGTS e demais contribuições	611	535
Total	2.640	2.087

17. Operações com resseguradoras

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de Resseguros	9.821	3.034
RVNE	36	-
(-) Comissões de Resseguros	(1.266)	(329)
Total	8.591	2.705

18. Aging depósitos de terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 30 dias	1.469	1.350
De 31 a 60 dias	5	7
De 61 a 120 dias	10	12
De 121 a 180 dias	8	16
De 181 a 365 dias	458	37
Superior a 365 dias	-	245
Total	1.950	1.667

19. Provisões técnicas

19.1 Provisões técnicas de seguros e resseguros

19.1.1. Composição das provisões técnicas de seguros

A composição das provisões técnicas - Seguros, registradas no passivo circulante, está assim apresentada, por agrupamento de ramos:

31/12/2021

	Auto	Vida	Demais	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	36.894	4.223	3.047	44.164
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	984	156	68	1.208
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	17.572	9.679	42	27.293
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	(731)	-	-	(731)
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	991	6.062	3	7.056
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	717	157	3	877
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	-	6.861	-	6.861
Total das provisões	56.427	27.138	3.163	86.728

31/12/2020

	Auto	Vida	Demais	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	30.302	3.229	2.753	36.284
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	787	111	78	976
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	15.204	8.547	21	23.772
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	-	-	-	-
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	1.303	5.136	2	6.441
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	935	321	3	1.259
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	-	32.334	-	32.334
Total das provisões	48.531	49.678	2.857	101.066

19.1.2. Composição dos ativos de resseguro

	Vida	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	177	177
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVNE)	7	7
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	204	204
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	303	303
Total dos ativos em 31/12/2021	691	691

	Vida	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	417	417
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVNE)	-	-
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	825	825
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	107	107
Total dos ativos em 31/12/2020	1.349	1.349

19.2 Movimentação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

19.2.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros

A movimentação das provisões técnicas - seguros, registrada no passivo circulante, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2021
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	36.284	11.001	(3.121)	44.164
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	976	564	(332)	1.208
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	23.772	14.604	(11.083)	27.293
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	-	-	(731)	(731)
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	6.441	1.934	(1.319)	7.056
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.259	282	(664)	877
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	32.334	-	(25.473)	6.861
Total das provisões	101.066	28.385	(42.723)	86.728

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2020
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	33.671	6.390	(3.777)	36.284
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	936	421	(381)	976
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	20.762	7.157	(4.147)	23.772
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	(632)	646	(14)	-
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	6.255	3.107	(2.921)	6.441
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.757	210	(708)	1.259
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	36.096	924	(4.686)	32.334
Total das provisões	98.845	18.855	(16.634)	101.066

19.2.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

A movimentação dos custos de aquisição diferidos, registrada no ativo, que correspondem às despesas de comercialização diretamente alocadas aos riscos, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2020	Constituições	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Custo de aquisição diferido (RVE)	9.658	2.540	(614)	11.584
Custo de aquisição diferido (RVNE)	159	85	(53)	191
Total dos custos de aquisição diferidos	9.817	2.625	(667)	11.775

	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Custo de aquisição diferido (RVE)	8.402	1.877	(621)	9.658
Custo de aquisição diferido (RVNE)	147	73	(61)	159
Total dos custos de aquisição diferidos	8.549	1.950	(682)	9.817

19.2.3. Movimentação dos ativos de resseguros

	Saldo em 31/12/2020	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2021
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	417	11	(251)	177
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVNE)	-	7	-	7
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	825	618	(1.239)	204
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	107	218	(22)	303
Total	1.349	854	(1.512)	691

	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2020
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	-	536	(119)	417
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVNE)	-	-	-	-
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	-	825	-	825
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	-	107	-	107
Total	-	1.468	(119)	1.349

19.3. Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas – Seguros

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas para garantia		
Provisões técnicas	86.728	101.066
Direitos creditórios	(23.752)	(17.188)
Provisões referente ao ramo Vgbl em fase de diferimento	(6.861)	(32.334)
Ativos de resseguro - redutores	(507)	-
Total a ser coberto das provisões técnicas líquido dos ativos redutores (A)	55.608	51.544
Necessidade de ativos líquidos nota 4.10.1. (B)	6.214	5.743
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa – Públicos	93.142	76.591
Total (C)	93.142	76.591
Excedente de garantia (C – A – B)	31.320	19.304

19.4. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento dos sinistros incorridos e os valores pagos referentes ao ano de aviso estão assim demonstrados:

Posição 31/12/2021

Avisados (Até)	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
No final do ano evento	667.518	66.351	68.486	72.740	74.909	117.680
Após um ano	666.714	66.723	69.242	73.287	74.909	-
Após dois anos	666.446	66.876	69.920	74.368	-	-
Após três anos	664.493	66.902	70.336	-	-	-
Após quatro anos	665.599	67.199	-	-	-	-
Após cinco anos	665.769	-	-	-	-	-
Pagamentos						
No ano evento	638.028	55.880	57.766	63.544	64.433	104.456
Após um ano	11.578	8.818	10.249	8.328	9.487	-
Após dois anos	2.798	469	407	544	-	-
Após três anos	2.582	147	288	-	-	-
Após quatro anos	1.078	197	-	-	-	-
Após cinco anos	1.047	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados	657.111	65.511	68.710	72.416	73.920	104.456
Incorridos	665.769	67.199	70.336	74.368	74.909	117.680
(-) Pagos	(657.111)	(65.511)	(68.710)	(72.416)	(73.920)	(104.456)
PSL Ramos Próprios						28.138
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos						(845)
PSL Total	8.658	1.688	1.626	1.952	989	13.224
						27.293

Posição em 31/12/2020

Avisados (Até)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	
No final do ano evento	603.018	65.332	66.351	68.486	72.740	74.909	
Após um ano	602.181	64.281	66.723	69.242	73.287	-	
Após dois anos	602.428	64.563	66.876	69.920	-	-	
Após três anos	601.878	64.305	66.902	-	-	-	
Após quatro anos	600.183	64.552	-	-	-	-	
Após cinco anos	601.042	-	-	-	-	-	
Pagamentos							
No ano evento	572.048	53.291	55.880	57.766	63.544	64.433	
Após um ano	12.684	7.853	8.818	10.249	8.328	-	
Após dois anos	3.724	647	469	407	-	-	
Após três anos	2.151	358	147	-	-	-	
Após quatro anos	2.224	253	-	-	-	-	
Após cinco anos	825	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	593.656	62.402	65.314	68.422	71.872	64.433	
Incorridos	601.042	64.552	66.902	69.920	73.287	74.909	950.612
(-) Pagos	(593.656)	(62.402)	(65.314)	(68.422)	(71.872)	(64.433)	(926.099)
PSL Ramos Próprios							24.513
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos							(741)
PSL Total	7.386	2.150	1.588	1.498	1.415	10.476	23.772

20. Encargos trabalhistas, impostos e contribuições

20.1. Encargos trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de gratificações	22	-
Provisão para férias	1.236	1.255
Total	1.258	1.255

20.2. Impostos e contribuições

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	593	236
Contribuição social	461	131
Cofins	313	305
Pis/Pasep	51	49
Total	1.418	721

21. Provisões judiciais

a) Composição do saldo contábil

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações fiscais – INSS (I)	7.082	6.976	359	354
Ações fiscais – PMV (II)	341	331	-	-
Ações fiscais - CSLL (III)	-	49	-	-
Subtotal – Fiscais	7.423	7.356	359	354
Ações trabalhistas	97	74	53	19
Subtotal – Trabalhistas	97	74	53	19
Ações cíveis não relacionadas a sinistros	64	22	591	816
Ações cíveis do convênio Dpvat	351	353	-	-
Subtotal – Cíveis	415	375	591	816
Total	7.935	7.805	1.003	1.189

Detalhamento dos principais processos e depósitos judiciais relacionados:

Ações Fiscais

- I. INSS – A Seguradora possui registrado em provisão o montante de R\$ 359 (R\$ 354 em 31/12/2020), referente às NFLDs 35.776.170-7 e 35.776.171-5 lançadas pelo INSS e referem-se basicamente a alegação de: reconhecimento de vínculo empregatício de empresa terceirizada de serviços de informática; e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP, com correspondente depósito judicial de R\$ 7.082 (R\$ 6.976 em 31/12/2020) para garantia dos tributos discutidos judicialmente.
- II. ISS PMV – Trata-se de processo decorrente de autuação fiscal do Município de Vitória-ES, sob a alegação de que a Seguradora deixou de reter na fonte o ISSQN incidente sobre suposta prestação de serviço com mão-de-obra de colaboradores do Banestes S/A, cujos custos são integralmente ressarcidos. Neste processo, a Seguradora efetuou depósito judicial para garantia do tributo discutido judicialmente, sendo mantido atualizado em R\$ 341 (R\$ 331 em 31/12/2020).
- III. CSLL - Dedução de Tributo com Exigibilidade Suspensa - Refere-se a Auto de Infração onde a Receita Federal efetuou glosa dos valores das despesas de provisão de PIS, sob a alegação dos mesmos estarem com exigibilidade suspensa, adicionando os mesmos na base de cálculo da CSLL referente ao ano calendário de 2002, e exigindo o referido tributo, acrescido das penalidades legais. O processo judicial transitou em julgado com desfecho favorável à Seguradora e o depósito judicial foi levantado no segundo semestre de 2021 em favor da mesma.

b) Movimentação do saldo contábil

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/Atualização	Reversão/Pagamento	Saldo em 31/12/2021
Contingências				
Trabalhistas	19	34	-	53
Cíveis	816	307	(533)	590
Fiscais	354	6	-	360
Total	1.189	347	(533)	1.003

	Saldo em 31/12/2019	Constituição/Atualização	Reversão/Pagamento	Saldo em 31/12/2020
Contingências				
Trabalhistas	18	1	-	19
Cíveis	994	177	(355)	816
Fiscais	349	5	-	354
Total	1.361	183	(355)	1.189

c) Natureza das contingências

A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda, acrescidos dos honorários advocatícios.

d) Detalhamento dos processos judiciais por natureza de risco de perda

31/12/2021	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
Risco	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.
Provável	-	-	2	53	4	231	6	284
Possível	-	-	-	-	26	360	26	360
Remota	2	359	-	-	4	-	6	359
Total	2	359	2	53	34	591	38	1.003

31/12/2020	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
Risco	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.	Qtd	Vr Contab.
Provável	-	-	1	1	8	179	9	180
Possível	-	-	1	18	20	637	21	655
Remota	2	354	-	-	-	-	2	354
Total	2	354	2	19	28	816	32	1.189

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital social é constituído por 14.791.405.093 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, com o correspondente a 100 (cem por cento) das ações ordinárias pertencentes ao BANESTES S.A., no valor de R\$ 86.326 (R\$ 86.326 em 31/12/2020).

22.2. Reservas de lucros

O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei nº 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço anual terá, pela ordem:

22.2.1. Reserva legal

São destinados 5 (cinco por cento) do lucro líquido, antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20 (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30 (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

22.2.2. Reservas estatutárias

São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 50 (cinquenta por cento) do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social.

22.3. Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes de perdas atuariais reconhecidos na Seguradora com títulos e valores mobiliários.

22.4. Demonstrativo do cálculo e pagamentos dos dividendos

O Estatuto Social confere direitos a dividendos mínimos de 25 (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício social, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	7.414	15.128
Reserva legal	(371)	(757)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados	1	2
Base de cálculo de dividendos	7.044	14.373
Dividendo mínimo – 25%*	1.913	3.593
Total de dividendos a pagar	1.913	3.593

(*) Excepcionalmente em 31/12/2021 foram distribuídos dividendos no percentual 27,16%.

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data
Dividendos	30/06/2021 31/12/2021	- 0,00050126	- 1.913	- 22/04/2022
Total em 31/12/2021			1.913	

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data
Dividendos	30/06/2020 31/12/2020	0,00065731 0,00102278	2.309 1.284	30/10/2020 24/04/2021
Total em 31/12/2020			3.593	

A AGO de março/2021, que aprovou as Demonstrações Financeiras de 2020, não aceitou a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1.284. Assim, foram pagos os dividendos complementares de R\$ 5.031, determinados pelo acionista controlador.

23. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

23.1. Prêmios emitidos

	31/12/2021	31/12/2020
	187.475	159.893
Prêmios - Riscos Emitidos	194.196	169.832
Prêmios Cancelados	(4.616)	(10.018)
Prêmios Restituídos	(108)	(139)
Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	(1.997)	218

23.2. Variações das provisões técnicas de prêmios e contribuições

23.2.1. Danos e Pessoas

	31/12/2021	31/12/2020
	(8.112)	(2.654)
Provisão de Prêmios Não Ganhos	(8.112)	(2.654)

23.2.2. Constituição da provisão de benefícios a conceder

	31/12/2021	31/12/2020
	(2.102)	(3.667)
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	(2.102)	(3.667)

23.3. Prêmios Ganhos, Sinistralidade e Comercialização por Grupo de Ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistralidade (%)		Comercialização (%)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Automóvel	57.200	57.008	67,2	51,2	23,9	23,1
Pessoas	116.165	95.597	58,3	41,8	17,2	17,1
Patrimonial	5.998	4.634	3,1	3,8	31,0	25,4
Total	179.363	157.239	59,3	44,1	19,8	19,5

23.4. Sinistros ocorridos

	31/12/2021	31/12/2020
	(106.346)	(69.316)
Indenizações avisadas	(116.912)	(74.714)
Despesas com sinistros	(2.370)	(1.519)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - Direto	(615)	(185)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Suf. Avisados – IBNER	731	(632)
Salvados e Ressarcimentos	12.716	7.871
Variação Estimativa de Salvados e Ressarcidos	104	(137)

23.5. Custos de aquisição

	31/12/2021	31/12/2020
	(35.529)	(30.676)
Comissões sobre prêmios emitidos	(37.488)	(31.944)
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas	1.959	1.268

23.6. Rendas de contribuições e prêmios

	31/12/2021	31/12/2020
	2.443	3.667
Prêmios Diretos (VGBL)	2.443	3.667

23.7. Receitas de contribuições e prêmios de VGBL

	31/12/2021	31/12/2020
	341	-
VGBL	341	-

23.8. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
	(6.480)	(5.594)
Receitas com operações de seguros	877	563
Receitas com regulação consórcio Dpvt	973	1.579
Receitas com reversão de provisões judiciais	571	516
Demais receitas	11	90
Despesas com cobrança - Direto	(555)	(609)
Despesas com Inspeção de Risco	(834)	(871)
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber	11	(26)
Despesas com operações de seguros	(3.875)	(3.311)
Despesas de cooperação técnica - Banestes	(3.001)	(3.248)
Despesas com provisões judiciais	(183)	(84)
Demais despesas	(475)	(245)

23.9 Resultado com Resseguro

	31/12/2021	31/12/2020
	1.600	(852)
Receitas com resseguro	8.284	1.436
Indenizações de sinistros	8.088	1.329
Variação com IBNR	196	107
Despesas com resseguro	(6.684)	(2.288)
Prêmios de resseguro	(6.450)	(2.705)
Variação - PPNG	(234)	417

23.10. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
	(22.414)	(23.993)
Pessoal Próprio	(15.860)	(8.427)
Serviços de Terceiros	(1.855)	(1.200)
Localização e Funcionamento	(3.560)	(1.614)
Publicidade e Propaganda Institucional	(863)	(382)
Publicações	(106)	(23)
Donativos e Contribuições	(121)	(117)
Despesas Administrativas Diversas	(49)	(294)

23.11. Despesas com tributos

	31/12/2021	31/12/2020
	(4.969)	(2.865)
Impostos federais	(4)	(11)
Impostos estaduais	(6)	(1)
Impostos municipais	(33)	(41)
Cofins	(3.517)	(2.075)
Pis/Pasep	(571)	(337)
Taxa de fiscalização	(838)	(400)

23.12. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
	8.649	2.362
Receitas financeiras	12.625	3.897
Receitas com títulos de renda fixa privados	434	457
Receitas com títulos de renda fixa públicos	10.385	2.502
Receitas com títulos de renda variável	1	-
Receitas com operações de seguros	525	174
Fundos de investimento	1.073	677
Outras receitas financeiras	207	87
Despesas financeiras	(3.976)	(1.535)
Despesas com títulos de renda variável	(703)	(393)
Despesas com operações de seguros	(3.154)	(928)
Despesas com provisões técnicas – Vida	125	(141)
Outras despesas financeiras	(244)	(73)

23.13. Resultado patrimonial

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com imóveis destinados à renda	407	385
Despesas com imóveis destinados à renda	(29)	(29)

23.14. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	501	-
	501	-

24. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, com o controlador BANESTES S.A., são efetuadas a valores, prazos e taxas pactuados contratualmente. Na data destas demonstrações estavam assim demonstradas:

Contas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras e depósitos	1.213	676	9	32
Receita com aluguel	-	-	436	413
Receita com taxa de gestão	-	-	199	329
Despesas de aluguel	-	-	(20)	(59)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.914)	(1.284)	-	-
Tarifas c/ operações de cobrança/arrecadação	-	-	(315)	(423)
Banestes S/A – Despesa com custódia	(4)	(4)	(49)	(49)
Banestes S/A - despesas c/convênio cooperação técnica	(252)	(271)	(3.001)	(3.248)

25. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contrib. Social	Imposto de renda	Contrib. Social
Resultado antes da tributação e participações	15.322	15.322	26.978	26.978
Participações estatutárias no lucro (PLR)	(2.076)	(2.076)	(1.968)	(1.968)
Base de cálculo	13.246	13.246	25.010	25.010
Adições/(exclusões) de caráter permanente	9	65	316	81
Adições/(exclusões) de caráter temporário	(302)	(302)	(282)	(282)
Lucro tributável antes das compensações	12.953	13.009	25.044	24.809
Alíquota normal (IRPJ 15%) e (CSLL 15% e 20%)	1.943	2.602	3.757	3.721
Adicional de imposto de renda (10%)	1.271	-	2.480	-
Valores devidos	3.214	2.602	6.237	3.721
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(78)	-	(150)	-
Doações FIA/Incentivos Fiscais – Patrocínios – Emp. Cidadã	(21)	-	(33)	-
Imposto de renda e CSLL a pagar	3.115	2.602	6.054	3.721
Provisão dif. da realização reserva reavaliação	(3)	(3)	(3)	(4)
Passivo tributário Diferido	27	16	21	13
Crédito tributário sobre provisões temporárias	49	29	49	30
Valores registrados em despesas	3.188	2.644	6.121	3.760

26. Remuneração da administração

O total das despesas com remuneração da administração atingiu no exercício de 2021 o montante de R\$ 802 (R\$ 934 no exercício de 2020).

27. Benefícios a empregados

Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - A Seguradora é uma das patrocinadoras da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria nº 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES http://www.baneses.com.br/reg_regimento.asp.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria nº 149 de 15 de fevereiro de 2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02 de maio de 2017.

No exercício de 2021, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam à Seguradora R\$ 431 (R\$ 444 no exercício de 2020). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e a Administração da Seguradora, juntamente com as demais empresas patrocinadoras do Sistema Financeiro BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (*déficit*) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar nº 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas e a Lei Complementar nº 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

O Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 apresentou resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras da patrocinadora em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *Asset Ceiling* que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

O Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 apresentou resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras da patrocinadora em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *Asset Ceiling* que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no

tocante à revisão de plano e destinação de superávit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superávit apresentado nos planos de benefícios.

28. Normas e interpretações emitidas e aplicáveis em períodos futuros

As seguintes normas e pronunciamentos, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais:

IFRS 9 / CPC 48 - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Este pronunciamento está em vigor desde 1º de janeiro de 2018, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas Demonstrações Financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 15 / CPC 47 - Estabelece os princípios a serem aplicados por uma entidade para determinar a mensuração da receita e o momento do reconhecimento. Este pronunciamento baseia-se no princípio de que a receita deve ser reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, assim conceitualmente, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

A norma substitui a IAS 11/CPC 17 - está em vigor desde 1º de janeiro de 2018. Os impactos deste pronunciamento nas Demonstrações Financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 16 / CPC 06 - Apresentará mudanças que afetam principalmente a forma como as companhias deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas Demonstrações Financeiras. A norma substituirá o IAS 17/CPC 06 – “Operações de arrendamento mercantil”, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas Demonstrações Financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 17 / CPC 50 - Apresenta uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma orientação muito mais robusta que a atualmente vigente. Este pronunciamento substituirá a IFRS 4/CPC 11 – entra em vigor em 1º de janeiro de 2023. Para entrada em vigor no mercado brasileiro aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aguarda homologação pela SUSEP. A Seguradora está com projeto em andamento junto a área de Tecnologia para o atendimento da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que poderiam ter impacto sobre as Demonstrações Financeiras da Seguradora.

29. Outros Assuntos

29.1. Consórcio DPVAT

Em atendimento a Circular SUSEP nº 595 de 2019, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2020, e que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517 de 2015, a Seguradora alterou a forma de contabilização das operações referente aos Consórcio DPVAT, registrando apenas os valores a receber/pagar referente a apuração mensal da margem de resultado e seu devido recebimento/pagamento, de acordo com o determinado nas orientações da SUSEP.

Em 24 de novembro de 2020 através da Assembleia Geral conforme previsto no instrumento do consórcio, motivado pelo anúncio de saída de 36 seguradoras, dentre elas a Banestes Seguros S.A., foi deliberado a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A dissolução

do Consórcio significou a vedação de quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das consorciadas, ficando a Seguradora Líder designada a administrar o *run-off* dos ativos, passivos e negócios do Consórcio DPVAT realizados até dezembro de 2020. A Seguradora Líder permanecerá responsável por operar o seguro DPVAT em *run-off* até a extinção de todas as obrigações e a Banestes Seguros permanecerá com seus direitos e obrigações na forma do Instrumento do Consórcio, inclusive com a obrigação de participar das receitas e despesas referentes à operação do Seguro DPVAT na proporção de suas respectivas quotas.

Em 14 de fevereiro de 2022, as seguradoras participantes do Consórcio DPVAT receberam comunicado da Seguradora Líder relativo ao Processo Administrativo SUSEP nº 15414.604989/2020-92, cujos desdobramentos serão objeto de análise em seus aspectos jurídicos e econômicos, em conjunto com a Seguradora Líder, no decorrer do exercício de 2022.

29.2. Pandemia da Covid-19

Vivenciamos uma crise mundial causada pela Covid-19 e a Administração da Seguradora está acompanhando os possíveis impactos aos negócios. Estão sendo adotadas diversas medidas, dentre elas o acionamento e atualização de planos de contingência em diversos setores para manter a continuidade dos serviços e preservar a saúde de segurados e colaboradores da instituição. Continuamente estão sendo analisados possíveis efeitos nas provisões técnicas de seguros, podendo ser observado a suficiência de capital na nota 4.10.1, mediante os ativos garantidores vinculados às provisões técnicas, demonstrando além da suficiência, um excesso dessas garantias obrigatórias. No exercício de 2021 o impacto com provisões de sinistros, dado as indenizações reconhecidas pela Covid-19, ficou em R\$ 24.853 mil.

30. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2022, a SUSEP emitiu relatório técnico que considera um novo método de estimação das estruturas a termo das taxas de juros (ETTJs). Estas devem ser utilizadas pelas entidades reguladas para fins do Teste de Adequação do Passivo (TAP) e de apuração do requerimento de capital. A administração da Seguradora irá avaliar os impactos em decorrência desse novo método de estimação durante o primeiro semestre de 2022.

* * *

Rômulo de Souza Costa
Diretor-Presidente

Valeria Carvalho Gabetto Dias Lopes
Diretora de Administração e Finanças

Silvano Marcio Kiefer
Diretor de Operações

Flávio Wagner Gaudio de Souza
Contador – CRC-ES 12130/O-8

Tiago de Angelis Karlinski
Atuário – Miba nº 2657

Banestes Seguros S.A.

Parecer dos Auditores
Atuariais Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Banestes Seguros S.A.
Vitória - ES

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$102.730 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$108.892 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Banestes Seguros S.A. (“Companhia”), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$102.730 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$108.892 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, exceto pelo componente “patrimônio líquido ajustado” utilizado de R\$102.730 mil (em 30 de junho de 2021) e R\$108.892 mil (em 31 de dezembro de 2021), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e/ou FIP de sinistros (referente aos itens de resseguro), para o exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45

João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

Banestes
Seguros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banestes Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banestes Seguros S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a

Banestes Seguros S.A.

extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

